



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

O OLHAR DOS ESTUDANTES ATENDIDOSPELO COMITÊ DE INCLUSÃO E
ACESSIBILIDADE DA UFPB SOBRE SUAS AÇÕES

MARIA DAS MERCÊS SERAFIM DOS SANTOS NETA

AREIA – PB

2019

MARIA DAS MERCÊS SERAFIM DOS SANTOS NETA

**O OLHAR DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELO COMITÊ DE INCLUSÃO
E ACESSIBILIDADE DA UFPB SOBRE SUAS AÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal da Paraíba, Centro de
Ciências Agrárias, Campus-II, Areia-PB,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharelado em Ciências
Biológicas.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Ana Cristina Silva Daxenberger

AREIA – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237o Santos Neta, Maria Das Mercês Serafim Dos.

O Olhar dos estudantes atendidos pelo comitê de inclusão e acessibilidade da UFPB sobre suas ações / Maria Das Mercês Serafim Dos Santos Neta. - Areia, 2019.
45 f. : il.

Orientação: Ana Cristina Silva Daxenberg.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCA.

1. Estudante apoiador. 2. Educação especial. 3. Inclusão universitária. I. Daxenberg, Ana Cristina Silva. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

MARIA DAS MERCÊS SERAFIM DOS SANTOS NETA

**O OLHAR DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELO COMITÊ DE INCLUSÃO
E ACESSIBILIDADE DA UFPB SOBRE SUAS AÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias, Campus-II, Areia-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Biológicas.

Aprovado em 21 de outubro de 2019.

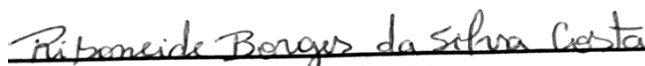
BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger
Orientadora– DCFS/ CCA /UFPB



Profª. Andréia de Sousa Guimarães
Examinadora



MS. Risoneide Borges da Silva Costa
Examinadora

Dedico

Aos meus pais

Luís Carlos Serafim dos Santos e Maria do Rosário Cruz da Silva

E as minhas filhas

Emilly Vitória dos Santos Silva e Eloise dos Santos Silva

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida e por ter me concedido o dom da paciência e sabedoria para conseguir concluir o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas.

A minha família, em especial os meus pais Luís Carlos Serafim dos Santos e Maria do Rosário Cruz da Silva, por terem sido à base dos meus ensinamentos e por me apoiarem na conquista de mais um sonho, sem eles não poderia concretizar essa fase.

As minhas filhas Emilly Vitória dos Santos Silva e Eloise dos Santos Silva, por me fortalecerem diariamente com seus sorrisos, em muitos momentos que pensei em desistir seus olhares me confortavam e me instigavam a continuar.

Ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, por me proporcionar a oportunidade de realizar e concluir um curso superior.

A coordenação e aos secretários (Delza da Costa Ribeiro e Eduardo Gomes da Silva) do Curso de Ciências Biológicas, que sempre estiveram acessíveis e disponíveis a ajudar no que fosse necessário.

A minha orientadora prof.^a Dr.^a Ana Cristina Silva Daxenberger por ter me proporcionado a oportunidade de estagiar no Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, onde adquiri mais conhecimento sobre a área de inclusão. Por sua paciência, disponibilidade, confiança e carinho, com que nos faz sentir capazes de realizar qualquer atividade por mais difícil que esta seja, por todos os ensinamentos que contribuíram com minha formação profissional e pessoal, por ser realmente uma mãe que se dedica a ajudar e fazer seu filho conseguir conquistar o melhor para si.

A Nielson Firmino de Oliveira, que me auxiliou com a plataforma virtual para realização dessa pesquisa.

Aos meus amigos de todos os momentos; Bruno Ferreira da Silva, Lidiane Alves Soares, Tatiana Ferreira de Lima Brito, Fábio Cardan de Sousa Silva, Fernanda Santos, Tiago Pereira Florentino e Rildo Oliveira Fernandes, pela amizade, apoio e carinho.

E a todos que contribuíram de forma direta ou indireta, para efetivação desta pesquisa.

O meu muito obrigada!

"Há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza."

Mantoan

RESUMO

O entendimento de deficiência ainda é bastante limitado, dessa maneira as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência ou necessidade educativa especial (NEE), vêm sofrendo restrições no trajeto de sua história de vida. Com o intuito de avaliar como estão sendo atendidos os estudantes com NEE pelo Comitê de Inclusão (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e compreender como estão sendo suas ações presente pesquisa foi desenvolvida, apresentado caráter quanti-qualitativo. Para tanto foram aplicados questionários para uma amostra de 28 dos universitários com NEE. Os questionários foram disponibilizados em uma plataforma virtual, no qual os entrevistados puderam preencher as questões sem identificação pessoal e com preenchimento do termo de consentimento. Após coleta dos dados, os resultados foram analisados sob a luz das ideias de Bardin. A partir dos resultados, podemos afirmar que o processo de inclusão na UFPB vem se consolidando, efetivamente; visando garantir o acesso e permanência dos discentes com deficiência e/ou NEE, de forma a lhes proporcionar uma educação igualitária e de qualidade. Todavia, ainda há desafios a serem enfrentados para o melhor atendimento às NEE dos universitários.

Palavras-chave: Estudante apoiador, educação especial, inclusão universitária.

ABSTRACT

The understanding of disability is still very limited, so people who have some kind of disability or special educational need (NEE) have been suffering restrictions in the course of their life history. In order to evaluate how students with NEE are being assisted by the Inclusion Committee (CIA) of the Federal University of Paraíba (UFPB), and to understand how their actions are being carried out, this research was developed, presented quantitative and qualitative character. To this end, questionnaires were applied to a sample of 28 college students with NEE. The questionnaires were made available on a virtual platform, in which the interviewees were able to fill in the questions without personal identification and with the consent form. After data collection, the results were analyzed in the light of Bardin's ideas. From the results, we can state that the process of inclusion in the UFPB has been consolidating effective; to ensure access and permanence of students with disabilities and/or NEE in order to provide them with an equal and quality education. However, there are still challenges to be faced for better attendance to university students' NEE.

Keywords: Supportive student, special education, university inclusion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEB- Câmara de Educação Básica

CIA- Comitê de Inclusão e Acessibilidade

CNE- Conselho Nacional de Educação

COEP- Coordenação de Educação Popular

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONSUNI- Conselho Universitário

EAN- Escola de Agronomia do Nordeste

EAP- Escola de Agronomia da Paraíba

GTs- Grupos de Trabalhos

LACESSE- Laboratório de Acessibilidade

LAVITA- Laboratório de Tecnologia Assistiva

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

NEE- Necessidade Educativa Especial

PNE- Plano Nacional de Educação

PPGA- Programa de Pós Graduação em Agronomia

PPGCAn-Programa de Pós Graduação em Ciência Animal

PPGCS-Programa de Pós Graduação em Ciência do Solo

PPGZ- Programa de Pós Graduação em Zootecnia

PDIZ- Programa Integrado em Zootecnia

PPGBIO- Programa de Pós Graduação em Biodiversidade

PRAPE- Pró Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante

PRG- Pró Reitoria de Graduação

PROUNI- Programa Universidade para Todos

SIGAA- Sistema Integrado de Gestão de Atividades acadêmicas

TDAH- Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TGD- Transtorno Global do Desenvolvimento

UFPB-Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

RESUMO.....	I
ABSTRACT	II
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	III
1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. Pessoa com deficiência no ensino superior	14
2.2. Histórico do Comitê de Inclusão e Acessibilidade	17
2.3. Centro de Ciências Agrárias	19
3. METODOLOGIA	20
3.1. Caracterização do local da pesquisa	20
3.2. Análise do projeto.....	20
3.4. Aplicação de questionários.....	20
3.5. Análise estatística	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
4.1 Melhorias arquitetônicas no Campus II.....	21
4.2. Percepção dos estudantes apoiados sobre o CIA.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
6. REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	43

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos as pessoas com deficiência vêm sofrendo restrições no trajeto de sua história de vida. Isto porque, o entendimento de deficiência foi construído erroneamente desde antiguidade. Em meados do século XIX, as pessoas acreditavam que a deficiência era um castigo divino ou maldição dos deuses, dessa maneira abandonavam ou mantinham em cárcere privado todos aqueles que apresentavam um padrão “diferente” exigido pela sociedade para se adaptar as necessidades da época, uma vez que as demandas de sobrevivência exigiam muito esforço físico (JANNUZZI, 1992).

Dessa maneira muitas questões sobre deficiência foram negligenciadas durante todo esse período, tendo um olhar diferenciado apenas no século XX, quando as lutas pelos direitos sociais e os impactos dos movimentos passaram a se debruçar e lutar por esse grupo de pessoas; buscando inseri-los no meio juntamente com os outros, garantindo dessa maneira sua independência e inserindo-os no mercado de trabalho para que tivessem o controle de suas próprias vidas (BARNES; OLIVER, 1993).

Desde então, as lutas passaram a aumentar conquistando espaço e direito. Atualmente, as pessoas com deficiência tem mais direitos garantidos na sociedade em que estão inseridos. A Lei brasileira de inclusão nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), considera como pessoa deficiente aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Com a garantia de seus direitos, a presença de pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas especiais (NEE) nas universidades tem aumentado, gradativamente, ao longo do tempo, o que requer maior preparação e adequação de modo a promover a inclusão de todos em diferentes espaços, como previsto desde a Constituição Federal (Brasil, 1988).

Com vista ao crescente aumento de estudantes com deficiência, no ensino superior, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolveu um programa de atendimento às pessoas com deficiência e/ou NEE, que está matriculado e tem vínculo com a instituição.

O Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência foi criado, oficialmente, no dia 26 de novembro de 2013, através da Resolução nº 34/2013, do Conselho

Universitário (CONSUNI), juntamente com o Comitê de inclusão e Acessibilidade (CIA). Este programa atende estudantes, servidores e professores que apresentem vínculo com a instituição e atende o que se espera a LDB nº 9.394, de 1996, especificamente nos artigos 58, 59 e 60, que preveem o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino.

Podemos ainda afirmar que o CIA atende o que se espera na Portaria 3.284, de 2003, que estabelece as condições básicas para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior e o Decreto-Lei nº 5.296, de 2004, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, visando prestar assistência a todos os alunos da UFPB que possuam algum tipo de deficiência ou NEE.

Neste sentido, entendemos ser importante avaliar e compreender como as ações do Comitê de Inclusão (CIA) tem se desenvolvido para atender estudantes com NEE, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tendo ainda como objetivos específicos a compreensão sobre a concepção dos estudantes com NEE sobre o CIA, avaliar os desafios enfrentados por esses estudantes na UFPB e verificar suas perspectivas sobre o Programa Estudante apoiador.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Pessoa com deficiência no ensino superior

A educação inclusiva é aquela que tem por objetivo atender crianças e adolescentes no ensino regular de forma acessível em que todos os estudantes com e sem deficiência que estejam na mesma sala de aula, conhecendo suas diferenças e respeitando suas limitações. Este paradigma educacional ganhou ênfase na década de 1990, período marcado pelas lutas dos direitos das pessoas com deficiência (MENDES et al., 2017).

Pois até este período, as pessoas que não apresentavam um padrão de normalidade exigido pela sociedade eram mantidas afastadas, perseguidas e abandonadas por suas condições atípicas. A partir de então ocorreu um avanço na constituição de políticas públicas voltadas a essas pessoas, com maior relevância ao nível de educação básica do ensino regular, sabendo-se que esta compreende o ensino infantil, fundamental e médio (MAZZOTTA, 1996).

Dentre os principais documentos que asseguram aos brasileiros o direito à educação temos a Constituição Federal, de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96; o Plano Nacional de Educação para Todos, de 2001; e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. Além da Lei Brasileira de Inclusão, de 2015 que configura-se como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Desde então o Brasil, tem procurado a editar política de inclusão social e escolar insisti na importância de se ter pessoas com deficiência também no ensino superior. Para tanto, tem-se criado políticas públicas através de decretos, portarias e leis que possam garantir acessibilidade e permanência desses estudantes não apenas nas instituições particulares mais também nas instituições públicas.

O aviso Circular nº 277/MEC/GM de 8 de dezembro de 1996, foi um dos primeiros documentos a tratar sobre a educação inclusiva no ensino superior, estabelecendo critérios especiais e adequados as pessoas com deficiência, para que pudessem atingir níveis mais altos de ensino (BRASIL, 1996). A portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999, estabeleceu requisitos para pessoas com deficiência para fins de autorização como também de reconhecimento (BRASIL, 1999). Assim está expresso:

Art. 1º. Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento e para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para sua renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

No decorrer dos anos posteriores, foi criado o parecer CNE/CEB nº 17 de 3 de julho de 2001, que apresenta recomendações aos sistemas de ensino, incluindo a educação especial no ensino superior, ficando assim estabelecido que devesse ser ofertado a todos os níveis, desde o ensino básico ao superior.

A educação especial, portanto, insere-se nos diferentes níveis da educação escolar: Educação Básica – abrangendo educação infantil, educação fundamental e ensino médio – e Educação Superior, bem como na interação com as demais modalidades da educação escolar, como a educação de jovens e adultos, a educação profissional e a educação indígena.

O Decreto Presidencial nº 5.296/04, denominado de Lei da Acessibilidade, regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que regula prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2004). Dentre a tantas leis, a materialização delas se fez presente, principalmente na universidade por meio de Políticas de Inclusão.

Dentre as políticas mais recentes que contribuíram para que as pessoas com deficiência tivessem acesso e permanência no ensino superior, podemos citar o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Este programa garante um percentual de bolsas para os estudantes com deficiência que atendam aos seus critérios pré-estabelecidos, assim como o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), conforme Portaria Normativa nº 14, de 24 de abril de 2007, este cita normas e critérios com intuito de proporcionar ao maior número de pessoas deficientes o acesso as universidades públicas e privadas.

No ano de 2011, o Brasil instituiu por meio do Decreto nº 7.612, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que ficou conhecido como Plano Viver sem limites, tendo por objetivo promover a igualdade dos direitos das pessoas com deficiência por meio de programas e ações.

O documento mais atualizado que visa à inclusão das minorias, dentre elas o atendimento especializado para pessoas com deficiência, é o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Como uma das metas mais importantes desse Plano temos a meta 4. Assim está descrito:

A Meta 4 traz dois grandes objetivos em sua proposição. O primeiro diz respeito à universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. O segundo objetivo preconiza que o atendimento educacional a essa população ocorra por meio da educação inclusiva, ou seja, “preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

Podemos perceber que ao tratar de políticas públicas voltadas ao atendimento inclusivo de pessoas com deficiência ou NEE o Brasil tem traçado uma trajetória

consistente na busca da igualdade de direitos, com o estabelecimento de portarias, decretos e leis. No entanto, ainda existe a necessidade de implementação prática como o conhecimento dos leigos a cerca dos direitos para diminuir as barreiras atitudinais, predominantes no dia a dia do público deficiente; assim como as eliminações de barreiras arquitetônicas e comunicacionais ao acesso aos diferentes segmentos sociais e ao conhecimento.

2.2. Histórico do Comitê de Inclusão e Acessibilidade

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, que foi criado em julho de 2011 tendo sua oficialização apenas no dia 26 em novembro de 2013, através da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário (CONSUNI).

Nos estudos realizados por Polia (2018) ela afirma que no ano de 2003, o reitor da época Prof. Dr. Jader Nunes de Oliveira havia criado juntamente com servidores que se encontravam ativos e inativos da UFPB, o Comporta, serviço vinculado a pró-reitoria de graduação (PRG), o qual atuava com algumas representações a exemplo do Nedesp (Núcleo de Educação Especial) o setor *Braille*, da biblioteca central e o Centro Suvag de João Pessoa que atendia as pessoas surdas.

A vinculação entre o Comporta e PRG permaneceu até a criação da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) que ocorreu pelo Decreto nº 7.234 de julho de 2010. No entanto, essa transferência não ocorreu de forma legal, sendo esta informação identificada apenas no ano de 2012, quando tentavam aprovar a Política de Inclusão da UFPB.

Em julho de 2011, o Comporta pediu desligamento de suas funções, sendo membros desta unidade convidados os que estavam em reunião em agosto do mesmo ano para criar uma nova instância, intitulado por Comitê de Inclusão e acessibilidade (CIA). Por cerca de 2 anos esta equipe trabalhou na minuta da Resolução de criação, mapeamento e ações iniciais do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) que ainda não existia oficialmente na UFPB. Sua criação só foi efetivada em dezembro de 2013, por meio da Resolução do CONSUNI/UFPB.

A priori o CIA atenderia apenas pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, mas sua atuação se estendeu para caso de doenças mentais como depressão e outros após a aprovação da resolução nº 16/2015 do Consepe, que trouxe também demandas decorrentes de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Discalculia entre outros transtornos mentais que implicam no desenvolvimento da aprendizagem (UFPB, 2015).

Dentre as ações do CIA temos os Grupos de Trabalho. São eles 4 grupos de trabalhos (GTs): pedagógico, atitudinal, de comunicação e o arquitetônico, os quais buscam diariamente garantir acessibilidade e permanência de estudantes, servidores técnico-administrativo e professores que apresentam vínculo com a UFPB. Cada GTs tem atribuição específica, tendo em comum a eliminação de barreiras específicas a cada grupo de trabalho. Para compor os GTs, há professores, servidores e estudantes a partir das afinidades de pesquisa e trabalho. (UFPB, 2013)

Para melhor atendimento as demandas das pessoas com NEE, o CIA conta com parcerias institucionais como o Departamento de Terapia Ocupacional (TO), o Laboratório de Tecnologia Assistiva (LAVITA), o Laboratório de Acessibilidade (LACESSE), auxílio do Nedesp e do setor *Braille*, para impressão de material em *Braille*, fonte ampliada ou em contraste, como também auxílio de uma equipe multidisciplinar de psicólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeuta (POLIA, 2018).

Desde a criação do CIA, foi desenvolvido um programa para auxiliar os estudantes com deficiência ou NEE, denominado por Programa Estudante Apoiador, este conta com a colaboração de estudantes apoiadores no auxílio aos que apresentam alguma demanda no seu desenvolvimento acadêmico.

Esse programa disponibiliza bolsas, e cursos de capacitação para que os apoiadores possam realizar suas atividades com conhecimento e responsabilidade. Para tornasse apoiador, o estudante deve estar apto as exigências estabelecidas no edital de seleção, e submeter-se as 4 etapas seguintes; avaliação sócio-econômica, prova escrita, entrevista e curso de capacitação.

No total, no primeiro período de 2019, são atendidos nos campi da UFPB (João Pessoa, Areia, Bananeiras e Rio Tinto) 84 apoiados e 122 apoiadores (CIA, 2019), O CIA conta ainda com o apoio das atividades desenvolvidas pelos estagiários curriculares e extracurriculares de cada subsede. São denominadas subsedes, as unidades do CIA em cada campus da UFPB, sendo elas em Areia, Mamanguape e Rio Tinto, Bananeiras.

É importante ressaltar que cada subsede apresenta um coordenador, o que contribuiu para o crescimento e desenvolvimento eficaz do CIA, além de um estagiário remunerado pela UFPB, com caráter de estágio não obrigatório. Cada subsede desenvolve suas ações de modo a atender as demandas locais dos diferentes atores da universidade, promover o nome da Cia e consolidar as ações de inclusão universitária.

2.3. Centro de Ciências Agrárias

O Centro de Ciências Agrárias, localizado na cidade de Areia-PB pertencente a região do Brejo Paraibano, foi criado no dia 12 de janeiro de 1934, através do decreto estadual n° 478 e federalizado no ano de 1951, sendo inicialmente chamado de Escola de Agronomia da Paraíba (EAP) e depois por Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), sendo a primeira instituição de nível superior da Paraíba. (SANTOS e CAVALCANTI, 2019).

Quando foi inaugurada a EAN, em 15 de abril de 1936, pelo Dr. José de Sousa Maciel, na época era Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, atendia o Curso Médio depois transformado em Curso Agrotécnico e Curso Colegial Agrícola, extinto no ano de 1971, quando formou ao longo deste tempo 417 Técnicos Agrícolas (ROCHA, 2018).

O primeiro vestibular do curso de Agronomia aconteceu em 1937, e a primeira turma concluinte colou grau em dezembro de 1940, diplomando-se oito engenheiros agrônomos. Considerando que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi criada em 1955 e o curso de Agronomia em 1936, este é, portanto, o mais antigo curso superior da instituição (ROCHA, 2018).

No ano de 1978, a antiga EAN passou a chamada de Centro de Ciências Agrárias-CCA com quatro departamentos: Fitotecnia, Zootecnia, Solos e Engenharia Rural e Ciências Fundamentais e Sociais, instalando sua primeira diretoria em 18/12/1978. Atualmente o centro disponibiliza de cinco cursos de graduação nas áreas de Agronomia, Biologia (licenciatura e bacharelado), Medicina Veterinária, Zootecnia e Química (licenciatura e bacharelado) e cinco cursos de pós-graduação nas áreas de Agronomia (PPGA), Ciência Animal (PPGCAn), Ciência do Solo (PPGCS), Zootecnia (PPGZ) e Programa de Doutorado Integrado em Zootecnia (PDIZ) e em Biodiversidade (PPGBIO).

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização do local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro de Ciências Agrárias (CCA/UFPB), Campus II, localizada no município de Areia, microrregião do Brejo Paraibano, apresentando coordenadas geográficas de 6°58'12" de latitude Sul e 35° 42' 15" e longitude Oeste e altitude de 619 m (SOUZA, 2008).

3.2. Análise do projeto

Inicialmente o projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de ética da UFPB, tendo em vista que a pesquisa envolveu seres humanos e, portanto os protocolos necessitariam ser submetidos ao Sistema de Coordenação de Educação Popular (COEP) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por meio da Plataforma Brasil. A pesquisa tem cunho e abordagem qualitativa e quantitativa. Entende-se por pesquisa qualitativa aquela que busca entender os fenômenos humanos por meio de análises científicas permitindo uma interpretação além dos dados coletados de imediato, e por pesquisa quantitativa aquela que quantifica os dados imediatos, ou seja, utiliza análises estatísticas, para comprovar se determinada teoria se sustenta ou não (KNECHTEL, 2014).

3.3. Observação de redução de barreiras

Foram realizadas observações e registros fotográficos no CCA-Campus II, considerando os espaços que apresentaram mudanças significativas no tocante a eliminação de barreiras arquitetônicas.

3.4. Aplicação de questionários

Foram disponibilizados questionários para uma amostra de 33% (28 alunos) dos universitários com deficiência e/ou NEE devidamente matriculados na UFPB e atendidos pelo Programa Estudante Apoiador, em seu total de atendimento, através de uma plataforma virtual, a qual os participantes puderam preencher as questões sem identificação pessoal (questionário em anexo nos apêndices).

O critério de escolha dos participantes foi aleatória, por meio de registro no CIA, de maneira a quererem participar e contribuir voluntariamente com as ações da

pesquisa. A identificação dos participantes foi mantida em sigilo, sendo eles nomeados, exclusivamente, por um código alfa-numérico (A1, A2, A3, A4, A5...).

3.5. Análise estatística

Após preenchimento do questionário os dados foram organizados e analisados à luz da legislação e dos fundamentos teórico-críticos sobre inclusão universitária, a partir de eixos investigativos que surgiram na coleta de dados, a luz das ideias de Bardin (1979).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Melhorias arquitetônicas no Campus II

A subsede do CIA localizada no Centro de Ciências Agrárias-Areia vem desenvolvendo atividades anualmente e promovendo eventos que visam à inclusão de estudantes com deficiência e/ou NEE, porém suas condições arquitetônicas ainda é empecilho para acessibilidade. Por está situado numa região de alta declividade, os estudantes enfrentam diariamente ladeiras que dificultam o acesso a determinados locais entre o intervalo das aulas, a exemplo de pessoas com deficiência física (cadeirantes) que ficam impossibilitados de certo modo, de chegarem no horário certo das aulas, mesmo com o auxílio do estudante apoiador. Cavalcante (2015, p. 50) relata em seu estudo sobre a falta de acessibilidade no Campus de Areia:

A falta de acessibilidade que o campus II, da UFPB, possui acaba atrapalhando no desenvolvimento do trabalho do aluno apoiador e consequentemente acarreta em prejuízos na aprendizagem dos alunos apoiados e de acesso aos ambientes acadêmicos e sociais.

Figura 1. Vista de satélite do Centro de Ciências Agrárias

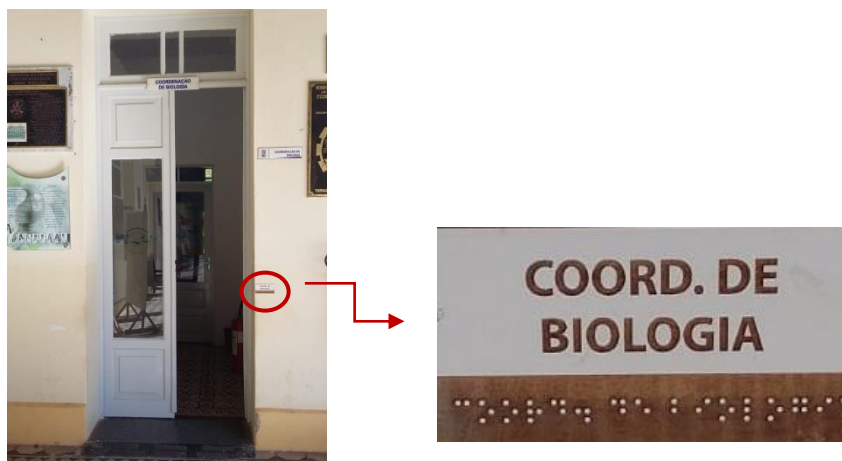


Fonte: Google Earth Pro
Setas mostrando pontos de precipitação

Essas barreiras arquitetônicas têm sido constantemente questionadas pelos estudantes com deficiência atendidos pelo CIA na subsede. Como solução, a professora Dr.^a Ana Cristina Silva Daxenberger, coordenadora do CIA em Areia, juntamente com o diretor do centro Manoel Bandeira de Albuquerque, conseguiram no ano de 2018, disponibilidade de transporte (dentro do CCA) para esta demanda, de forma a minimizar o problema de locomoção entre os estudantes com mobilidade reduzida.

Uma outra conquista, no campus de Areia, foi a instalação de placas de sinalização em *Braille* nas salas de coordenação dos cursos, e banheiros situados no prédio central do CCA, que foram instaladas pela coordenação de curso de Ciências Biológicas, prof. Dr. Abraão Ribeiro Barbosa. Isto se deu em 2018, facilitando o percurso de estudantes com deficiência visual, proporcionando sua autonomia e acessibilidade (figura 2).

Figura 2. Placa de sinalização em *Braille*



Fonte: Acervo pessoal

Além das placas de sinalização, também foram instaladas vagas para deficientes e rampas de acessibilidade no prédio Central e no prédio da Biologia, permitindo maior facilidade para que os estudantes tivessem acesso às salas de aula, assim como os laboratórios de pesquisas, contribuindo com sua permanência no âmbito acadêmico, e promovendo a formação de profissionais qualificados na área. (figura 3)

Figura 3. Vaga para deficiente no prédio Central (3A) e no prédio da Biologia (3B)



Fonte: Acervo pessoal

Figura 4. Rampa de acessibilidade no prédio da Biologia

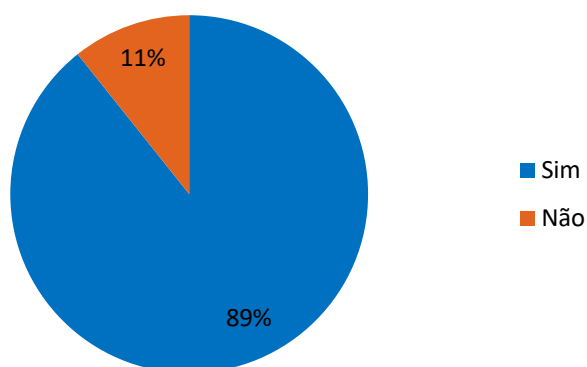


Fonte: Acervo pessoal

4.2. Percepção dos estudantes apoiados sobre o CIA

A adesão de 33% (28 número absoluto) dos estudantes com NEE à pesquisa demonstra interesse na temática educacional e a cerca do tema inclusão na UFPB; assim como na melhoria das atividades realizadas pelo CIA. Através do Gráfico 1 percebemos que 89,3% contribuíram de forma espontânea com nossa pesquisa.

Gráfico 1. Percentual de participantes

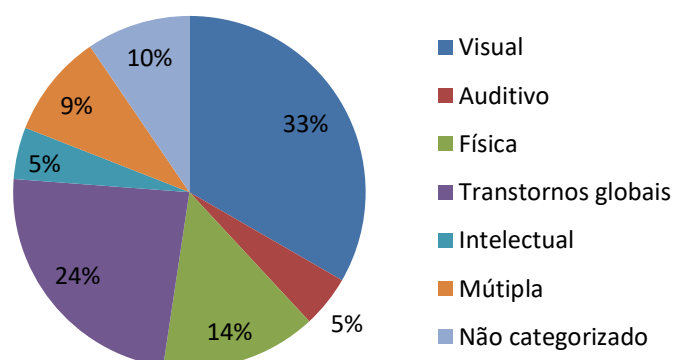


Fonte: Dados do autor

Dentre os principais tipos de deficiência registradas no Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), foram destacadas deficiência visual e transtornos globais do

desenvolvimento, seguido da deficiência física, múltipla, auditiva, intelectual e algumas não categorizadas como observado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Tipo de deficiência registrada no CIA



Fonte: Dados do autor

Todo estudante que apresente deficiência e/ou necessidade educativa especial (NEE), e que apresente vínculo com a instituição pode ser atendido pelo CIA, desde que seja comprovado por laudo médico. Como destaca resolução nº 16/2015:

Art. 268 são considerados estudantes com deficiência aqueles que necessitem de procedimentos ou recursos educacionais especiais decorrentes de:

- I- Deficiência nas áreas auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla;
- II- Transtornos globais do desenvolvimento;
- III- Altas habilidades ou;
- IV- Transtornos ou dificuldades secundárias da aprendizagem.

Parágrafo único. O registro das necessidades educacionais especiais do estudante é de competência do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, através de laudos emitidos por profissionais habilitados.

Por assim ser, o CIA, atende a demanda desse público dentro da UFPB buscando a equidade de seus direitos e seguindo o que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Dessa maneira tem aumentado gradativamente o número de estudantes com deficiência no ensino superior, mesmo que a passos lentos, a cada início de período letivo é possível observar um número maior de estudantes cadastrados no CIA, atualmente são atendidos 84 discentes no Programa apoiador distribuídos pelos campi,

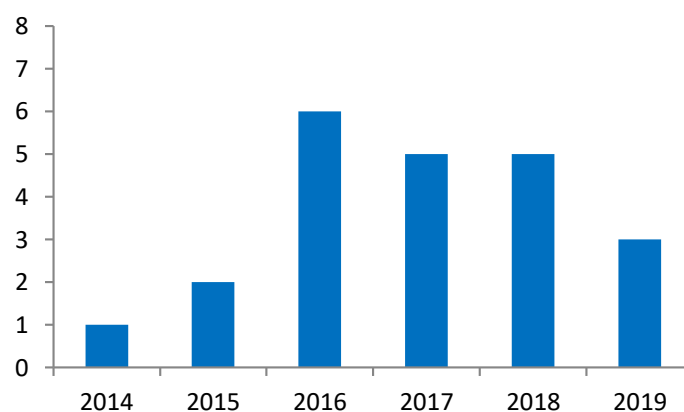
sendo 6 atendidos pela subsede de Areia (CIA,2019). Ao todo, a UFPB tem cerca 3890 estudantes com NEE, sendo que em 2013, havia somente 173 alunos. Estes dados mostram o aumento significativo nos muitos anos, em número de matrículas e atendimento de estudantes pelo CIA (CAVALCANTE, 2015). No ano de 2015 a subsede de Areia atendia 6 apoiados e 11 apoiadores (CIA, 2016). Quando perguntamos com relação ao ano que começaram a ser atendidos pelo CIA, a menor proporção de estudantes foi identificada em 2014, tendo em vista que o CIA foi criado em 2013, ou seja, ainda não estavam totalmente inteirados sobre a resolução nº 34/2013 que garante o atendimento a esse público:

Art. 1º- Instituir a Política de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba, que tem como princípios e valores:

I -A inclusão vista como um processo de atender e de dar resposta à diversidade de necessidades de toda a comunidade universitária, através de uma participação cada vez maior na aprendizagem, nas relações interpessoais, nas decisões para a construção de uma cultura inclusiva;

Podemos perceber através da representação contida no Gráfico 3, que a procura pelo atendimento prestado pelo CIA, tem aumentado nos anos subsequentes com uma maior demanda de 21% no ano de 2016 e 18% nos anos de 2017 e 2018.

Gráfico 3. Ano que começou a ser atendido pelo CIA



Fonte: Dados do autor

Quando perguntados sobre o conceito de inclusão, os participantes apresentaram um conhecimento pré - definido ao expressaram:

A1 Gerar condições materiais e imateriais que promovam acesso, sociabilização e acolhimento, para tornar a pessoa apta a um ofício de nível superior, que lhe dê melhor qualidade de vida.

A2 Dar possibilidades para que o deficiente ingresse na universidade e posteriormente dar recursos para se manter no curso e concluir

A3 Fazer com que todos os alunos (independente das condições, físicas, mentais, emocionais, de renda e etc) possam alcançar seus objetivos e potenciais na graduação

A4 A garantia de permanência do aluno com deficiência, assegurando-lhe em igualdade de condições com os demais estudantes, o direito de ir e vir dentro da instituição e o acesso a todos os materiais pedagógicos adequados, dentre eles: computador, tablet, gravador, linha *Braille*, equipamentos e pessoas para transcrição e interpretação de métodos e línguas criados para assistência dos discentes com deficiência.

Podemos observar através dessas falas, que a maioria entende que o termo inclusão está relacionado ao acesso, esquecendo ou deixando de lado a importância da igualdade de oportunidades, pois não se pode incluir sem que as oportunidades ofertadas sejam iguais (MANTOAN, 2003). Podemos exemplificar, através do fato de oferecer uma cadeira de rodas a uma pessoa com deficiência física não garante que esta conseguirá deslocar-se com facilidade para todos os locais que deseja.

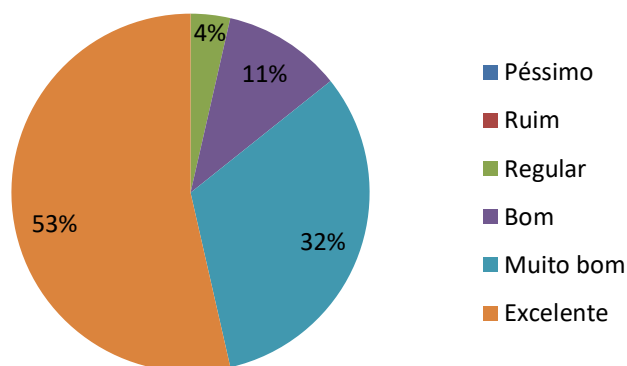
Portanto, acessibilidade caracteriza-se como a possibilidade de condições de autonomia a pessoa com deficiência e/ou NEE. De acordo com a NBR 9.050 (ABNT, 2015) acessibilidade é:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informações e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Com intuito de Incluir, o CIA criou o programa estudante apoiador, que vem possibilitando aos estudantes com deficiência e/ou NEE a oportunidade de ingressarem na UFPB, com a disponibilidade de recursos e meios que garantem sua acessibilidade,

autonomia e permanência nos mais variados locais. No Gráfico 4, os estudantes apoiados apontaram a importância do auxílio prestado pelos apoiadores.

Gráfico 4. Classificação do auxílio prestado pelo estudante apoiador



Fonte: Dados do autor

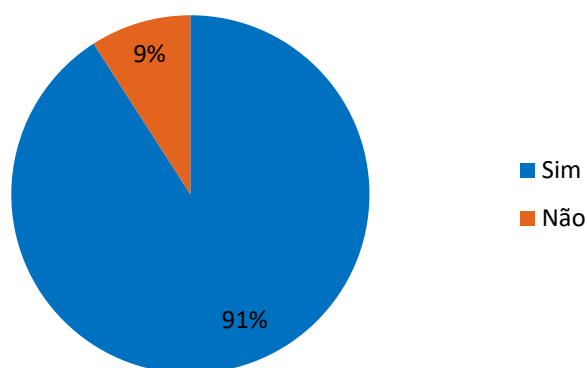
Para Cavalcante (2015), o programa estudante apoiador garante a permanência dos alunos com deficiência e/ou NEE em seus cursos, e oferece acessibilidade:

Todo esse acesso se deve ao trabalho realizado pelo aluno apoiador, que tem papéis bastante diferenciado e que vai depender da necessidade de cada aluno com deficiência e/ou NEE. (Cavalcante, 2015, p.50)

Nessa perspectiva, o programa estudante apoiador tem desempenhado atividades inclusivas, onde o apoiador realiza funções e atividades para além da sala de aula, pois o mesmo cria um vínculo com seu apoiado, aprende a respeitar suas limitações e diferenças tornando prazerosa a relação entre apoiado e apoiador.

No Gráfico 5, é possível verificar que o acompanhamento tem proporcionado melhorias acadêmicas, visto que 91% dos entrevistados evidenciaram melhoras após serem acompanhados por um estudante apoiador, enquanto que 9% demonstrou não ter observado nenhuma mudança, em muitas situações o estudante apoiador consegue desempenhar funções de professor, amigo, irmão, pai, mãe, ou melhor a relação criada em muitos casos é realmente afetuosa.

Gráfico 5. Melhoria acadêmica após acompanhamento do estudante apoiador



Fonte: Dados do autor

Cavalcante (2015) complementa a cerca do programa estudante apoiador:

Vale ressaltar que os AA tornam-se um cidadão consciente e sensibilizado diante das necessidades que outras pessoas apresentam, pois além do auxílio pedagógico oferecido aos alunos apoiados, os AA vivenciam experiências únicas de conscientização, solidariedade, apoio, respeito e na construção de prática inclusiva durante seu percurso acadêmico e vivências na UFPB.

E seu estudo (Cavalcante, 2015) sobre a importância do aluno apoiador na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior, corrobora com a presente pesquisa, ela verificou através de relatos de coordenadores o quão favorável é a contribuição desses estudantes no desenvolvimento acadêmico dos apoiados. A partir da seguinte fala, podemos verificar a importância desses estudantes:

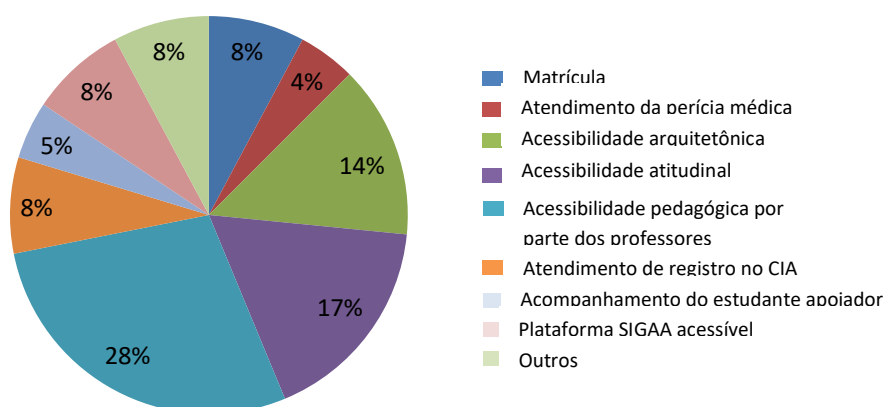
O projeto Aluno Apoiador, ele é extremamente necessário porque ainda que eu consiga (sic) comprar todos os equipamentos de tecnologia assistiva, eu ainda acredito que o aluno precisa de uma ponte dentro da sala de aula[...] Então o AA, ele é necessário para dar igualdade de oportunidades e é uma das ferramentas que o Comitê de Inclusão e Acessibilidade utiliza para isso (sic) e para dar um suporte para esse aluno com deficiência que está chegando novo na universidade e precisa ter uma referência em sala.(Cavalcante, 2015, p. 46)

Os apoiados entrevistados relataram ter vivenciado na universidade fatos que dificultaram seu desenvolvimento acadêmico, como por exemplo, matrícula, atendimento da perícia médica, acessibilidade arquitetônica, atitudinal, atendimento de registro no CIA, acompanhamento do estudante apoiador, plataforma SIGAA acessível entre outros. Sendo que a acessibilidade pedagógica (28%) foi a mais citada pelos estudantes (Gráfico 6). Isto nos possibilita afirmar que os docentes tem apresentado dificuldades no atendimento aos estudantes com NEE, e isso dificulta não somente o aprendizado dos estudantes como também a permanência desses no ensino superior, podendo em alguns casos ocorrer a desistência do estudante de seu curso.

Especificamente sobre a questão pedagógica, podemos observar que a readequação de matrizes curriculares dos cursos, assim como a metodologia aplicada em sala de aula por alguns professores poderia facilitar o desempenho acadêmico, além da necessidade de uma maior flexibilidade por parte dos professores com os estudantes atendidos pelo CIA.

Uma maneira para superar tal dificuldade, seria o CIA oferecer momentos formativos aos docentes da UFPB, sobre inclusão e adaptações curriculares ou de acesso ao currículo para o atendimento de cada NEE.

Gráfico 6. Dificuldades que enfrentou na universidade



Fonte: Dados do autor

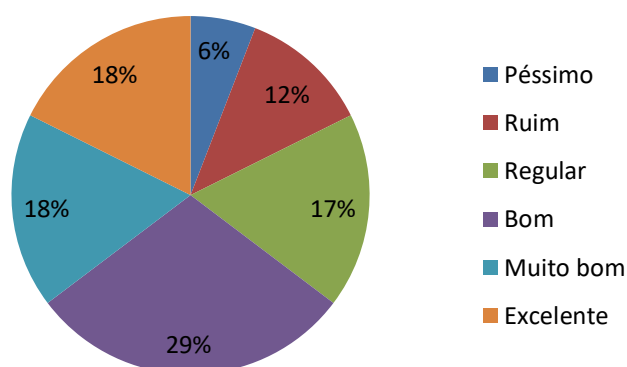
As universidades devem estar preparadas para receber todo estudante se não estiver apta a esse atendimento, deve se adaptar. Quando ocorrem as adaptações curriculares para o estudante ter garantido suas oportunidades, a universidade atender as normas e regras existentes na legislação. Sobre isto podemos apontar LDB 9.394/1996, especificamente no art. 59 parágrafo III que traz:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns

Além das barreiras pedagógicas já citadas anteriormente, os estudantes participantes mencionaram as barreiras arquitetônicas como empecilho para melhor desenvolvimento acadêmico, como observado no Gráfico 7.

Gráfico 7. Classificação de acessibilidade na UFPB



Fonte: Dados do autor

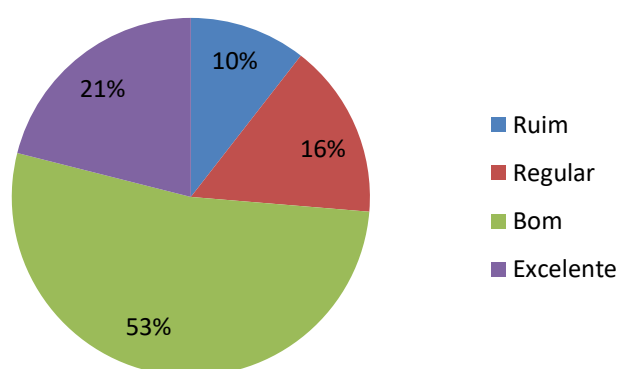
O que nos leva a concluir que a UFPB ainda necessita de reformas, para tornasse acessível, e esse fato é relatado através da fala de um dos entrevistados:

A1 O simples fato de não conseguir entrar pela porta da frente da biblioteca central, (campus I) torna a UFPB um lugar inacessível

Tratando-se do campus II-Areia, a situação é ainda mais delicada, por situar-se em uma área de alta declividade. Os relatos de falta de acessibilidade são ainda maiores, pois as ladeiras existentes no campus dificultam na realização das atividades diárias.

Ao tratar-se da relação dos estudantes apoiados com os demais, os mesmos relataram apresentar uma boa relação, no entanto ainda são muitos os casos de preconceito vivenciados dentro da instituição, que se caracteriza como barreiras atitudinais que também merecem uma análise, e estudos que contribuam com a minimização dessas barreiras. No gráfico abaixo (gráfico 8) encontrasse esquematizado a proporção da relação dos estudantes apoiados com os demais estudantes que não apresentam deficiência.

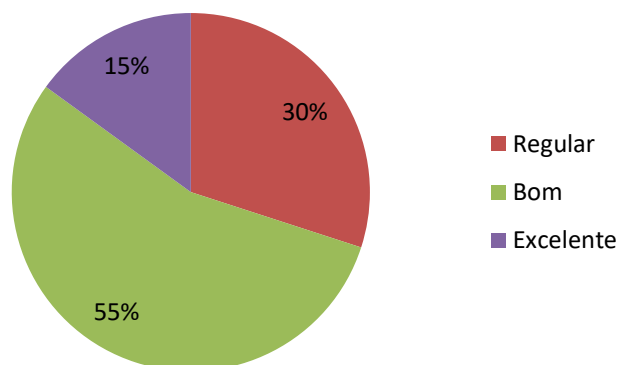
Gráfico 8. Relação com os outros estudantes



Fonte: Dados do autor

Esses percentuais negativos podem deixar de existir futuramente, desde que sejam trabalhados de maneira correta, e esclarecidos para o público que apresenta normalidade e por questões de ignorância tentam inferiorizar os estudantes deficientes.

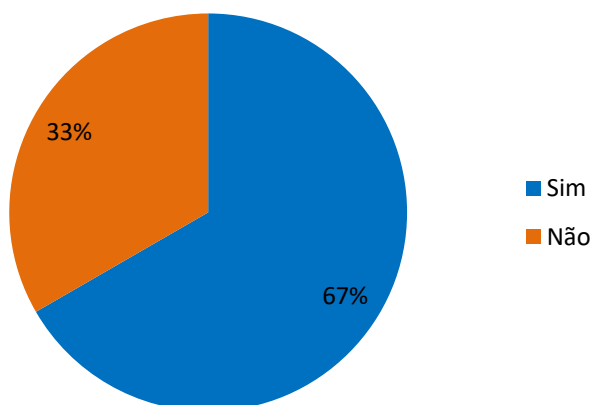
Tratando-se da relação entre estudantes e professores, os entrevistados destacaram ter uma boa relação, como observado no gráfico abaixo. Nenhum dos participantes descreveu que a relação era ruim entre professor e estudantes.

Gráfico 9. Relação com os professores

Fonte: Dados do autor

Partindo do pressuposto que a melhor afinidade e relação entre professor e estudante ocorre quando existe um reconhecimento de suas limitações e habilidades. Esses resultados demonstram a necessidade de formação e capacitação dos professores da instituição para melhor atender essa demanda estudantil, como garante a LDB de 1996, em seus artigos 58, 59 e 60 acerca da educação especial (BRASIL, 1996).

Ainda tratando sobre a vivência desses estudantes na instituição, perguntamos se os mesmos já haviam presenciado um fato de exclusão desde seu ingresso na UFPB. Como resultado obtivemos, que a maioria já havia vivenciado algum fato (67%) enquanto a minoria (33%) nunca evidenciaram fatos semelhantes (Gráfico 10).

Gráfico 10. Vivência de exclusão dentro da universidade

Fonte: Dados do autor

Fatos sobre exclusão foram destacados pelas seguintes vozes:

A1 Falta de sensibilidade de professores em reconhecer a dificuldade de certos alunos na compreensão de certos conteúdos

A2 Ruins do tipo, professora e coordenação não ligarem pra deficiência e dar andamento a aula com projetor defeituoso em sala com lousa de vidro, impossível pra eu poder ver.

A3 Passei por uma situação de preconceito por parte de uma docente, existem dificuldades em entender e como lidar com minha deficiência e isso em alguns casos, dificulta minha aprendizagem e permanência.

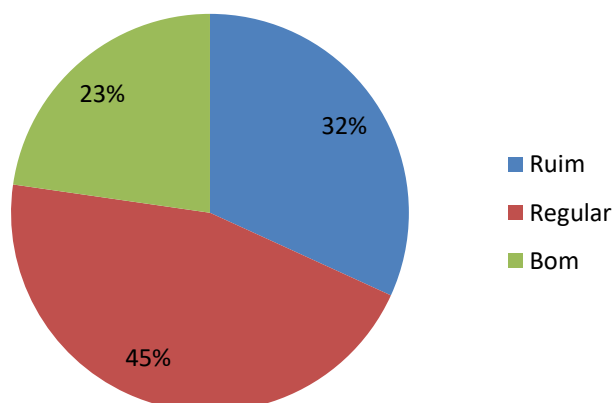
A4 Certa vez o professor passou como conteúdo de uma avaliação um filme mudo, falei com o mesmo dizendo que não seria justo para mim, mesmo com a descrição das minhas apoiadoras, mas ele só ignorou e o filme continuou sendo o principal assunto da prova.

A5 No início da minha permanência na instituição em 2014 eu fui xingada por uns colegas de sala apenas pelo fato do professor estar esperando que eu terminasse de responder a prova, pois meu problema é neuromuscular então demoro mais que as demais pessoas, para dentre outras coisas, escrever. E esses "colegas" se chatearam pela minha "demora"...julgara, que eu estava atrasando o início da outra aula.

Mais uma vez os estudantes destacaram a falta de conhecimento por parte dos professores para lidar com as deficiências, enfatizando a necessidade de melhoria na metodologia aplicada em sala de aula.

No gráfico 11, caracterizamos a classificação da didática dos professores que utilizam em suas salas, os estudantes afirmaram haver necessidades de formação para os mesmos, para atenderem de forma igualitária respeitando seus direitos. Nenhum participante afirmou que a didática docente era ruim, sendo para nós um bom indicativo.

Gráfico 11. Classificação da didática dos professores, aplicada em sala



Fonte: Dados do autor

Como sugestões os entrevistados sugerem em suas falas:

A1 Que os professores procurem conhecer outras técnicas de abordagem e de avaliação para alunos que tem dificuldade na retenção do conhecimento.

A2 Preparação e conscientização da coordenação do curso, junto com os professores.

A3 Sugiro que a forma de avaliar, fosse de outra forma, não provas discursivas e sim outros componentes pedagógicos.

A5 Cursos de orientação para os professores, para que eles possam mediar e adaptar o assunto em sala de aula, de forma que facilite na minha compreensão sem que eu necessite de uma segunda pessoa.

A6 Renovar os professores e renovar o PPP juntamente a grade curricular

A7 Uma assistência de orientação para as apoiadoras, pois imagino que é muito vago e, simplificado demais a explicação dada no memento tal treinamento no processo de seleção para apoiadores, considerando que a minha apoiadora só tiveram isso em um único momento. Acredito ser interessante outras oportunidades abordando sobre a condição (Transtorno do Processamento Auditivo Central e TDAH). Inclusive já fiz essa sugestão uma vez, mas tive a impressão que não fui compreendida

É perceptível a necessidade de cursos de capacitação para os docentes, como também a divulgação dos resultados desta pesquisa para todo corpo docente da instituição de maneira a garantir melhorias no atendimento aos estudantes com deficiência e/ou NEE, podendo contribuir com a garantia de seus direitos e acessibilidade a uma educação de qualidade.

Dentre outras questões a cerca da acessibilidade na UFPB, questionamos o que o estudante apoiador tem feito para atender as necessidades de acessibilidade ou pedagógica:

A1 Me ajuda na locomoção, amplia materiais, adapta slides junto com o professor, me ajuda explicando conteúdo e dando feedback aos professores.

A2 Utilizando de recursos variados no método de ensino, simplificando o conteúdo passado, revisando e reforçando pontos principais com o uso de linhas de raciocínio claros e coerentes.

A3O aluno apoiador ele descreve todas as imagem usada pelo ministrante. Manda os materiais que forem necessários para transcrição e para ser repassada para o *Braille*. E também ajuda na locomoção.

A4 A apoiadora está sempre atenta ao que se passa em sala, e quais são minhas necessidades em relação aos conteúdos e atividades.

A5 Acompanhamento em sala e na minha permanência no Campus, para realização de atividades, revisão para prova e etc. Acolhimento e atendimento em meio as crises.

A6 Trabalha as leituras comigo, sugere propostas para produzir os textos, trazem vídeos para contextualizar os assuntos ou que explique de forma mais clara os assuntos.

A7 Auxilia na resolução de trabalhos, leitura de conteúdos inacessíveis, comunicação com professores, se necessário, apoia devidamente a locomoção dentro e fora do departamento.

A8Bom leem os textos com migo depois debate o texto e me pedem para reproduzir o que eu entendi do assunto, me ajudam nos *slides* e quando as atividades complica me ajudam a achar a linha certa de raciocínio

A9Tem tido paciência, e o diálogo é nossa força maior de convivência, haja vista que minha apoiadora sempre esteve do meu lado me apoiando mesmo antes de ser considerada oficialmente como tal. Desse modo, ela já conhece minhas limitações e necessidades. Ela é uma pessoa muito humana e capaz, não me vejo com outra apoiadora.

Verificamos que os apoiadores têm desempenhado suas funções com êxito e muita dedicação, deixando evidente a sua importância para CIA, na consolidação dos direitos da pessoa com deficiência e NEE.

Para finalização da pesquisa, pedimos aos estudantes entrevistados sugestões para melhoria do programa estudante apoiador, assim, obtivemos as seguintes falas:

A1 Uma maior cobrança e fiscalização dos responsáveis por este programa. Uma maior conscientização dos professores e divulgação das necessidades desses alunos.

A2 Oferecer oficina aos professores de como lidar com os alunos de acordo com suas diferentes necessidades.

A3 Uma ligação mais direta do programa com os professores.

A4 Maior treinamento aos alunos apoiadores. Não basta fazer uma prova e selecionar os primeiros. Cobrança mais rigorosa do programa para com os alunos apoiadores e ampla divulgação aos professores. Ampla divulgação dos editais nos centros.

A5 Dar mais palestras e falar com a reitora para agilizar a questão de acessibilidade atitudinal

A6 Mais acompanhamento, fiscalização.

A7 Maior informação do que é o CIA, e o que faz e quem pode atender. Muitas vezes os alunos acreditam que só dificuldades físicas pode ser atendidas pelo CIA. Maior envolvimento com os professores. Muitos deles só têm ciência do que é um apoiador, o que é o CIA, e quais as necessidades de alunos acompanhados quando tem um em sala de aula.

A8 o aumento na carga horária juntamente com o aumento do valor da bolsa oferecida, além de um treinamento mais adequado voltado a orientação e mobilidade relacionada especificidade da deficiência apresentada pelo aluno apoiado.

A9 Promover eventos de conscientização, bem como festas, palestras em sala de aula e encontros a fim de naturalizar o tema de inclusão e incentivar a socialização da pessoa com deficiência, que na maioria das vezes acaba reclusa em salas de apoio especializado. Além de buscar mediante a opinião de todos os membros apoiados soluções para inúmeros problemas inclusivos existentes na instituição.

Ficando registradas suas perspectivas para melhorias futuras, bem como a continuidade para elencar outras pesquisas que também possam contribuir com seu desenvolvimento acadêmico e acessibilidade na UFPB.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão vem sendo trabalhado efetivamente no ensino superior, visando garantir o acesso e permanência dos discentes com deficiência e/ou NEE, de forma a lhes proporcionar uma educação igualitária e de qualidade.

O programa estudante apoiador tem contribuído com esse processo, através do auxílio prestado pelos apoiadores a esse público estudantil, que demonstram melhorias no seu desenvolvimento acadêmico após acompanhamento. Sendo, portanto, de grande importância para UFPB, manter esse programa.

Visto, nos relatos dos estudantes entrevistados que o processo para a inclusão caminha a passos lentos, e ainda são muitas as barreiras para serem enfrentadas sozinhas; pedagógica, atitudinal e arquitetônica, necessitando de melhorias que contribuam não somente com sua acessibilidade mais também com sua permanência no ensino superior.

E para efetivo desenvolvimento desses estudantes na instituição é necessário que o CIA, promova eventos que contribuam com sua capacitação, de maneira a atenderem de

forma igualitária esses estudantes, obedecendo que lhes é garantido por lei, respeitando as diferenças e reconhecendo suas limitações.

6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR 9050** de 31 de maio de 2004. Rio de Janeiro, 2 ed. p. 97. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilid%20-%202004%20-%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf.

Acesso em: 12 de agosto de 2019.

BARDIN, C. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, s/e, 1979.

BARNES, C.; OLIVER, M. **Disability: A Sociological Phenomenon Ignored by Sociologists**. 1993 - Sage London, United Kingdom.

BRASIL, **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

BRASIL, **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 120, p. 1, 26 jun. 2014. Seção 1. Edição Extra.

BRASIL, **Acessibilidade Legislação Federal**. Mec., 2013 Disponível em: <http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/41/file/Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 18 de Julho de 2019.

BRASIL, **Decreto nº 7.612**. Senado Nacional: Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso 02 de setembro de 2019.

BRASIL, **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 18 de Julho de 2019.

BRASIL, **Lei nº 5.296**. Senado Nacional: Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 18 de Julho de 2019.

BRASIL, **Portaria nº 3.284/2003**, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=1015 Acesso 18 de Julho de 2019.

BRASIL, **PARECER CNE/CEB 17/2001** - homologado Despacho do Ministro em 15/8/2001, publicado no Diário Oficial da União de 17/8/2001, Seção 1, p. 46.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

BRASIL, **Portaria nº 1.679**, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 231, p. 20, 1999.

BRASIL, **Lei nº 9.394**. Senado Nacional: Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

BRASIL. **Aviso Circular 277, de 08 de maio de 1996**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em: 18 de Julho de 2019.

BRASIL, **Constituição Federal**. Senado Nacional: Brasília, 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

CAVALCANTE, M. S. S. A importância do aluno apoiador na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior. In: DAXENBERGER, A.C.S.; POLIA, A.A. **Inclusão: do discurso às práticas educacionais**. Curitiba-1ed. Appris, 2018. p. 29-41.

CIA-UFPB. **Relatório dos apoiados e apoiadores 2016**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-deestudantes-assistidos-nasacoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>. Acesso em: 10 de outubro 2019.

CIA-UFPB. **Quantitativo do programa aluno apoiador – ano 2019**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantitativo-do-programa-aluno-apoiador-2019-e-materiais-do-cia.pdf/view>. Acesso em: 10 de outubro 2019.

JANNUZZI, G.M.A. **Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, Autores Associados, 1992.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? porquê? como?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil – História e políticas públicas**. São Paulo, Editora Cortez, 1996.

MENDES, C. L.; RIBEIRO, S. M. **Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da produção acadêmica na área da educação**. Blumenau – vol. 12, n. 1, p.189-206, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB n. 17/2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 158, p. 46. 17 ago. 2001. Seção 1.

POLIA, A.A. O Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba sob o olhar de uma gestão. In: DAXENBERGER, A.C.S.; POLIA, A.A. **Inclusão: do discurso às práticas educacionais**. Curitiba-1ed. Appris, 2018. p. 17-27.

ROCHA, D. **Histórico CCA**. Publicado em 2018. Disponível em: <http://www.cca.ufpb.br/cca/contents/paginas/institucional/sobre-cca/historico>. Acesso em: 27/09/2019.

SANTOS, D.; CAVALCANTI, L. M.R. **História do CCA**. Publicado em 2018. Disponível em: <https://ccaufpb.wordpress.com/conheca-o-cca/historia-do-cca/>. Acesso em: 27/09/2019.

SOUZA, T. A. F.; RAPOSO, R. W. C.; TOMM, G. O.; OLIVEIRA, J. T. L.; SILVA NETO, C. P. **Desempenho de genótipos de canola (*Brassica napus* L.) no município de Areia – PB**. In: Congresso Brasileiro de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel, 5. Lavras: UFLA, 2008 EMBRAPA.

UFPB, **Resolução nº 16/2015** do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 14 de abril de 2015. Aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: http://www.prg.ufpb.br/antigo/sites/default/files/Rsep16_2015.pdf. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

UFPB. **Resolução nº 34/2013** do Conselho Universitário (CONSUNI). Comitê de Inclusão e Acessibilidade, UFPB. João Pessoa, 2013.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) _____

Esta pesquisa é sobre o processo de implantação da Política de Inclusão Universitária da UFPB, para estudantes com necessidades educacionais especiais e está sendo desenvolvida pelo (os) pesquisador(es) Maria das Mercês Serafim dos Santos Neta, Mércia Inara Rodrigues de Farias, graduandas do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger.

Os objetivos do estudo são: avaliar a Política de Inclusão Universitária, implantada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), de maneira a compreender como este comitê tem desenvolvido suas ações, avaliar os resultados desde sua criação, compreender as concepções dos estudantes com necessidades educacionais especiais (nee) sobre o atendimento as suas demandas durante processo de formação profissional na UFPB.

A finalidade deste trabalho é contribuir para melhoria no atendimento das necessidades educacionais especiais (nee) e acessibilidade de estudantes com nee matriculados na UFPB.

Solicitamos a sua colaboração para responder o questionário abaixo como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a

qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (*se for o caso*).

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador profa. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger

Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais (DCFS)

Telefone: 3362-1725 ou 99929-5936

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.